



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

IPEM INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2022/2022**

Processo SEI nº 2330.01.0001055/2022-71

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA**

Modalidade: Credenciamento por Chamada Pública nº. 0001/2022

Regime: Fornecimento de Bens

**Sumário**

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DO PREÇO DE AQUISIÇÃO
4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6. DO PROCEDIMENTO DA CHAMADA PÚBLICA
7. DAS PROPOSTAS DE VENDA
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA CONTRATAÇÃO
11. DO PAGAMENTO
12. DAS PENALIDADES
13. ANEXO I -ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVO, PREÇO E ENTREGA DOS ITENS
14. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE VENDA - PESSOA FÍSICA
15. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE VENDA - PESSOA JURÍDICA
16. ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL
17. ANEXO V- DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA
18. ANEXO VI- DECLARAÇÃO DE LIMITE DE VENDA POR DAP/ANO
19. ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE MENORES
20. ANEXO VIII- MINUTA DE CONTRATO

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA**

Chamada Pública visando o credenciamento de agricultores familiares e organizações de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios em atendimento à Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar, com dispensa de licitação instituída na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, amparada na Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013 e no Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2014.

## **1. 1 - PREÂMBULO**

**O INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPEM/MG**, realizará a Chamada Pública, para credenciamento de agricultores familiares em sessão pública, na sede do IPEM localizado a Rua Cristiano França Teixeira Guimarães, 80, CINCO, CEP: 32.010-130, Contagem-MG, para o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar - CAFÉ -, conforme especificação contida nesse Edital e em seus Anexos.

1.1. A Chamada Pública será realizada pelo servidor Marcelo Ferreira Campos, o qual poderá ser substituído pelo servidor Marley Pereira Leite ou pela servidora Graziane Stephany Aguiar Milagres e Comissão de Credenciamento, constituída por ato oficial da autoridade competente, composta pelos seguintes servidores: Marcelo Ferreira Campos; Marley Pereira Leite; Graziane Stephany Aguiar Milagres e Alairce Aguiar de Lacerda.

1.2. **A sessão de Chamada Pública terá início no dia 16 de setembro de 2022, às 10:00 horas**, conforme art. 8º do Decreto Estadual nº. 46.712/2015.

1.3. Este edital encontra-se disponível gratuitamente no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após

encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

## 2. **OBJETO**

2.1. A presente chamada pública tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o atendimento à Política Estadual de Aquisição de Alimentos de Agricultura Familiar – PAAFamiliar, conforme especificação e quantitativos constantes no **Anexo I**.

2.1.1. Para aquisições de café, deve-se observar as disposições contidas na Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES n.º 28, de 21 de setembro de 2018.

2.2. Os produtos deverão ser entregues conforme periodicidade e local de entrega definidos no **Anexo I**.

## 3. **DO PREÇO DE AQUISIÇÃO**

3.1. O preço de aquisição dos gêneros alimentícios está descrito no **Anexo I**, tendo sido definido previamente pela unidade compradora e comprovado na pesquisa de preços assinada pelo servidor público estadual, o qual se responsabilizará pela veracidade, e respeitando as diretrizes contidas na **Deliberação Normativa do Colegiado Gestor da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar nº 001**, de 19 de junho de 2015.

3.2. O preço de aquisição disposto no **Anexo I** considera os demais custos de aquisição, tais como encargos sociais, frete, embalagem, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento, ficando possíveis acréscimos sob responsabilidade exclusiva dos agricultores familiares ou das organizações de agricultores familiares.

3.3. Para efeitos de aceitação, os produtos orgânicos ou agroecológicos terão um acréscimo de até 30% no preço por unidade de aquisição, sendo necessária a devida comprovação da condição de orgânico por meio de apresentação de certificado emitido por um organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ou uma declaração de organização de controle social - OCS, conforme a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

## 4. **DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a esta Chamada Pública poderão ser realizados por qualquer pessoa e deverão ser enviados até o 5º (quinto) dia após a publicação do edital, por meio do e-mail [compras@ipem.mg.gov.br](mailto:compras@ipem.mg.gov.br), ou enviadas ou entregues para o Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, localizado na rua Cristiano França Teixeira Guimarães, 80, CINCO, Contagem-MG, CEP: 32.010-130.

4.1.1. A decisão referente ao questionamento será comunicada a todos os interessados por meio do Portal de Compras, site oficial de compras do Estado de Minas Gerais, disponível em [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

## 5. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderão participar da presente Chamada Pública os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais – pessoas físicas conforme os requisitos estipulados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 – e as pessoas jurídicas, na forma de cooperativa de agricultores familiares e sociedade empresária da agricultura familiar, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2. Não poderão participar da presente Chamada Pública os agricultores, empreendedores e organizações de agricultores familiares que:

5.2.1. Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

5.2.2. Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.

5.2.3. Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou cooperado, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado do Governo do Estado de Minas Gerais ou que tenham tido vínculo há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste Edital.

## **6. DO PROCEDIMENTO DA CHAMADA PÚBLICA**

6.1. Os documentos de habilitação e as propostas de venda apresentadas serão analisados, na data de 16 de setembro de 2022, a partir das 10:00 horas, em uma única etapa, pela Comissão de Credenciamento, que verificará sua conformidade com os requisitos fixados no presente edital e na legislação vigente.

6.1.1. O Presidente da Comissão divulgará, para cada item, os nomes dos participantes que formularam propostas de venda de acordo com as especificações estabelecidas no **Anexo I** deste edital.

6.2. Após a análise dos documentos de habilitação e das propostas de venda, a Comissão de Credenciamento realizará o credenciamento dos agricultores familiares ou organizações de agricultores familiares habilitados.

6.3. A prioridade de fornecimento será estabelecida na Lista Classificatória da Chamada Pública, segundo os critérios de priorização estipulados na Deliberação Normativa do Colegiado Gestor da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Familiar nº 002, de 19 de junho de 2015, na forma abaixo, e ainda observando-se o disposto no art. 8º, da lei Estadual nº 20.608, de 2013 e art. 10, do Decreto Estadual nº 46.712; de 29 de janeiro de 2015.

6.3.1. Para seleção, as Propostas de Venda habilitadas serão divididas em: grupo de propostas do município, grupo de propostas do microterritório de desenvolvimento integrado, grupo de propostas do estado, e grupo de propostas do país.

6.3.1.1. Entre os grupos de propostas, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de propostas de fornecedores do município de entrega terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de propostas de fornecedores do microterritório de desenvolvimento integrado terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de propostas do estado terá prioridade sobre o do País.

6.3.1.2. Em cada grupo de propostas, serão observados os seguintes critérios de priorização para classificação das Propostas de Venda, na seguinte ordem:

I - os assentamentos de reforma agrária, os povos e comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas ou organizações fornecedoras que reúnam, na proposta de venda, famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária, de povos e comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios orgânicos e/ou agroecológicos ou organizações fornecedoras que congregam, na proposta de venda, famílias que atuam com produção agroecológica e/ou orgânica, em conformidade com a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - grupos formais de mulheres. Será considerado grupo formal de mulheres a cooperativa de agricultores familiares e/ou sociedade empresária da agricultura familiar nas quais 100% (cem por cento) dos fornecedores sejam mulheres;

IV - as organizações de agricultores familiares sobre os agricultores individuais.

6.4. Os critérios dos incisos I a IV do **item 6.3.1.2** deverão ser aplicados cumulativamente, de forma a priorizar as Propostas de Venda que atendam o maior número de critérios conjuntamente, respeitando a ordem de prioridade estabelecida.

6.5. Caso não se obtenha a quantidade de produtos estipulada na Chamada Pública apenas do grupo de propostas do município, estas deverão ser complementadas com as propostas dos demais grupos, de acordo com os critérios de classificação e priorização estabelecidos.

6.6. Na hipótese de ainda existirem duas ou mais Propostas de Venda empatadas para fornecimento dentro do quantitativo demandado no Edital de Chamada Pública, a Comissão de Credenciamento deverá propor a divisão proporcional da quantidade demandada pelos participantes interessados, quando os fornecedores empatados estejam presentes na sessão; não sendo aceita a divisão de comum acordo, o desempate far-se-á na forma de sorteio.

6.7. Realizado o procedimento de classificação e elaborada a Lista Classificatória, os participantes credenciados e classificados, para cada item, dentro do quantitativo previsto no **Anexo I**, serão chamados para fornecer.

6.8. Será dada a palavra aos participantes presentes, para que, caso desejem desistir de participar do presente credenciamento, que manifestem seu interesse oralmente e apresentem-se à Comissão para assinatura de termo.

## **7. DAS PROPOSTAS DE VENDA**

7.1. Deverá ser apresentada Proposta de Venda assinada, conforme formulário do **Anexo II ou III**, deste Edital.

7.2. Cada participante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital, ou apresentará proposta conjunta, formulada por grupo informal de agricultores familiares.

7.2.1. A documentação deverá ser entregue via correios até o **dia 15 de setembro de 2022 às 17:00 horas** ou presencialmente no início da sessão da Chamada Pública juntamente com a documentação de habilitação.

7.2.2. A Proposta de Venda deverá ser entregue em envelope devidamente fechado e lacrado, juntamente com os documentos de habilitação, conforme item **8.3.3** deste Edital.

## 8. **DA HABILITAÇÃO**

Para fins de participação na Chamada Pública e contratação, será exigido do participante os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação.

### **DOCUMENTOS PARA PESSOA FÍSICA:**

8.1. Os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais deverão apresentar os seguintes documentos:

8.1.1. Cópia de documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta de venda, das declarações constantes nos **anexos IV a VII** deste Edital, se for o caso, e do Contrato.

8.1.2. Extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF Ativa, emitida nos últimos 30 (trinta) dias;

8.1.3. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Certificado de Registro Cadastral - CRC válido emitido pelo Cadastro Geral de Fornecedoros - CAGEF;

8.1.4. Cópia de documento comprobatório de atendimento de requisitos especiais para fins de classificação na Chamada Pública, quando for o caso. Os documentos aceitos serão conforme a Resolução nº 0003 de 19 de junho de 2015 do Colegiado Gestor da PAAFamiliar. Nos casos de comprovação auto declaratória, deverá ser utilizado o modelo contido no **Anexo IV**;

8.1.5. Declaração de Compromisso de Limite de Venda por DAP/ano, constante do **Anexo VI**.

8.1.6. Comprovação das condições higiênico-sanitárias adequadas dos gêneros alimentícios, quando for o caso, nos termos dispostos no item **8.3.1** deste Edital.

8.1.7. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar e contratar com o Poder Público e declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, conforme modelo contido no **Anexo VII**.

8.1.8. Declaração de que os produtos constantes da Proposta de Venda do participante são de produção própria, conforme modelo contido no **Anexo V**.

## DOCUMENTOS PARA PESSOA JURÍDICA:

8.2. As cooperativas de agricultores familiares e sociedades empresárias da agricultura familiar deverão apresentar os seguintes documentos:

8.2.1. Cópia de documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta de venda, das declarações constantes nos anexos IV a VII e deste Edital, se for o caso, e do Contrato.

8.2.2. Se for o caso, apresentação de procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela cooperativa de agricultores familiares e sociedades empresárias da agricultura familiar de agricultores familiares, para praticar atos junto à Administração Pública.

8.2.3. Extrato da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica Ativa, emitida nos últimos 30 (trinta) dias;

8.2.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

8.2.5. Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, Receita Estadual, Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

8.2.6. Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

8.2.7. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC válido e emitido pelo Cadastro Geral de Fornecedoros - CAGEF dispensa a apresentação dos documentos dispostos nos itens **8.2.4**, **8.2.5** e **8.2.6** deste edital;

8.2.8. Cópia de documento comprobatório de atendimento de requisitos especiais para fins de classificação na Chamada Pública, quando for o caso. Os documentos aceitos serão os elencados na Deliberação Normativa do Colegiado Gestor da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar nº 003 , de 19 de junho de 2015, quais sejam:

8.2.8.1. Para os assentamentos de reforma agrária: cópia do Contrato de Concessão de Uso - CCU, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

8.2.8.2. Para as comunidades tradicionais indígenas: auto declaração, com aceite da comunidade tradicional representada pelo Cacique ou declaração da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

8.2.8.3. Para as comunidades quilombolas: auto declaração, com aceite da comunidade tradicional representada pela Associação do Quilombo ou declaração da Fundação Palmares;

8.2.8.4. Para os grupos formais de mulheres: cópia do estatuto e da ata da última assembleia, comprovando que 100% (cem por cento) dos sócios cooperados sejam mulheres.

8.2.8.5. Para os fornecedores de gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos: certificação orgânica ou declaração de

conformidade orgânica, de acordo com a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

8.2.9. Nos casos de comprovação auto declaratória, deverá ser utilizado o modelo contido no **Anexo IV**.

8.2.10. Comprovação das condições higiênico-sanitárias adequadas dos gêneros alimentícios, quando for o caso, nos termos dispostos no item **8.3.1** deste Edital.

8.2.11. Declaração de Compromisso de Limite de venda por DAP/ano, constante no **Anexo V**.

8.2.12. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar e contratar com o Poder Público e declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, conforme modelo contido no **Anexo VI**.

8.2.13. Declaração de que os produtos constantes da Proposta de Venda do participante são de produção própria de seus agricultores cooperados, conforme modelo contido no **Anexo VII**.

8.3. Disposições gerais da habilitação:

8.3.1. O participante deverá apresentar comprovação das condições higiênico-sanitárias adequadas dos gêneros alimentícios, a saber:

8.3.1.1. Para os produtos de origem animal é obrigatória a inspeção sanitária, comprovada por meio do registro nos órgãos de inspeção (Serviço de Inspeção Municipal – SIM; Serviço de Inspeção Estadual – SIE-IMA; e Serviço de Inspeção Federal – SIF);

8.3.1.2. Sucos e polpas de frutas deverão ser registrados no Ministério da Agricultura – MAPA;

8.3.1.3. Os demais produtos processados de origem vegetal deverão ter autorização da Vigilância Sanitária – VISA.

8.3.2. O agricultor familiar deverá respeitar o limite anual de vendas no valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para vendas realizadas no âmbito da PAAFamiliar.

8.3.2.1. Em se tratando de organização de agricultores familiares, o valor máximo permitido para as vendas anuais na PAAFamiliar é igual ao valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número total de agricultores familiares associados.

8.3.2.2. Os limites dispostos se aplicam a todas as Chamadas Públicas no âmbito da PAAFamiliar, não se limitando a este edital.

8.3.3. Os documentos de habilitação e a proposta de venda deverão ser entregues via correios **até o dia 15 de setembro às 17:00 horas** ou pessoalmente no início da sessão da Chamada Pública, em envelope fechado e lacrado, contendo na parte externa frontal:

**PROPOSTA DE VENDA E HABILITAÇÃO**

ORGÃO/ENTIDADE:

CHAMADA PÚBLICA Nº: 0001/2022 - PROCESSO DE COMPRAS  
2331032 00043/2022.

PROPONENTE:

CPF/CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE/FAX:

EMAIL:

## 9. **DOS RECURSOS**

9.1. Após a divulgação do resultado da Chamada Pública, em caso de discordância em relação a qualquer um dos atos realizados no decorrer da sessão, os participantes poderão propor recurso, que deverá ser entregue no Serviço de Compras do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - IPEM/MG situado na rua Cristiano França Teixeira Guimarães, 80, CINCO, Contagem, Minas Gerais, CEP: 32.010.130, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ficando aos demais participantes a faculdade de apresentar contrarrazões em igual número de dias.

9.1.1. Para os agricultores familiares participantes que não estiverem presentes na sessão de Chamada Pública, será encaminhado via e-mail o resultado da Chamada Pública bem como a ata da sessão do processo, e o prazo recursal contará a partir da data do envio da correspondência eletrônica.

9.2. A Comissão de Credenciamento deverá analisar o(s) pedido(s) de recurso e divulgar o resultado no Portal de Compras MG, no prazo de 3 (três) dias úteis contados após o encerramento do prazo para o encaminhamento dos recursos.

## 10. **DA CONTRATAÇÃO**

10.1. Encerrado o procedimento de Chamada Pública e divulgado o resultado final, o(s) agricultor(es) familiar(es) e/ou o(s) representante(s) da(s) organização(ões) de agricultores familiares declarados classificados para fornecer serão convocados para assinar o termo de contrato, conforme minuta do **Anexo VIII**.

10.1.1. Caso o classificado não apresente situação de habilitação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os participantes credenciados remanescentes, observada a ordem de prioridade de fornecimento estabelecida na lista classificatória da Chamada Pública, conforme item 6.3 deste Edital.

10.2. O(s) classificado(s) deverá(ão) assinar o termo de contrato dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado final.

## 11. **DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, com

crédito na conta indicada pelo fornecedor, em um dos bancos credenciados pelo Estado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data do recebimento do produto, com base no Documento de Nota Fiscal.

11.2. Serão priorizados os pagamentos devidos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou organização de agricultores familiares beneficiários da PAAFamiliar, conforme disposição do art. 13-A do Decreto nº 46.712/2015 .

11.3. A despesa decorrente desta Chamada Pública correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s): 2331 04 122 705 2500 0001 339030 08 0.73.1.

## 12. **DAS PENALIDADES**

12.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento das obrigações assumidas sujeita o agricultor familiar/organização de agricultores familiares às penalidades descritas e regulamentadas no art. 38 e seguintes do Decreto nº 45.902 de 27 de janeiro de 2012.

12.2. As situações que caracterizam o descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais são aquelas estampadas no art. 46 do Decreto nº 45.902/2012.

Contagem, 16 de agosto de 2022.

---

Francisco José da Fonseca  
Diretor Geral do IPEM/MG



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 16/08/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código



verificador **51445190** e o código CRC **CF622077**.

---

---

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 51445190



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Data: 22/07/2022	Órgão solicitante: Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais	Número do Pedido de Compra: 2331032000097/2022	Número da Unidade de Compra: 2331032
Responsável pelo Pedido: Silvânia Alves Garito / Helena Silva Barbosa - GLA	E-mail do responsável pelo Pedido: glm@ipem.mg.gov.br	Telefone do responsável pelo Pedido: (31) 33997002	Superintendência ou Diretoria Responsável: Luiz Carlos Siviero Faria - Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças - DPGF

#### 1. OBJETO:

1.1. O presente termo de referência tem por objeto o credenciamento de agricultores familiares e organizações de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios em atendimento à Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar, com dispensa de licitação instituída na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal 14.284/2021, amparada na Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013 e no Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015.

1.2. Trata-se da aquisição de 393 (trezentos e noventa e três) pacotes de 500 (quinhentos) gramas de café torrado e moído na categoria Gourmet, de forma integral, conforme especificações do presente Termo de Referência.

Lote	Item	Código do item no SIAD	Qtde.	Unidade de Aquisição	Descrição do item CATMAS	Valor unitário	Valor Total
Único	1	001370928	393	Pacote de 500 gramas	Café - Apresentação: Torrado e moído; Identificação (1): 100% da espécie arábica; Identificação (2): Origem única ou blendados; Identificação (3): Padrão de qualidade global entre 7,3 e 10 pontos; Perfil sabor: Bebida mole ou dura; Aroma: Suave ou intenso; Corpo: Encorpado; Moagem: Média a fina; Torra: Máxima até o ponto achocolatado, sistema agron; Sabor: Suave ou intenso; Embalagem á vácuo, validade 12 meses. Apresenta dados de identificação do produto, data de fabricação, validade e número do lote estampadas no rótulo. Atender Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES 28, de 21/9/2018 e Legislação Agricultura Familiar.	R\$28,4850	R\$11.194,60

#### 1.3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:

1.3.1. APRESENTAÇÃO: Café Gourmet: torrado e moído. 100% da espécie arábica. Origem única ou blendados. Padrão de qualidade global entre 7,3 e 10 pontos. Perfil sabor: bebida mole ou dura. Aroma suave ou intenso; encorpado. Moagem média a fina. Torra: máxima até o ponto achocolatado, sistema agron. Sabor suave ou intenso. Embalagem a vácuo em polipropileno biorientado (bopp), com prazo de validade de 12 (doze) meses, com duas camadas plásticas laminadas, dados de identificação do produto, data de fabricação, validade e número do lote estampadas no rótulo.

1.3.2. Deverá observar os critérios estabelecidos na Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES 28, de 21/9/2018 e Legislação Agricultura Familiar.

1.3.3. A entrega deverá ocorrer de forma integral.

## **2. DO LOTE ÚNICO:**

### **2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:**

2.1.1. A contratação é composta por apenas um item, qual seja café gourmet. Desse modo, caracterizada a impossibilidade de parcelamento/divisão do referido produto, resta justificável o agrupamento em lote único.

## **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. O objetivo é a aquisição de CAFÉ EM PÓ, embalagem de 500 grs, para reposição do estoque dos itens no Ipem/MG, visando atender as demandas da Sede do Ipem/MG das 08 Regionais e dos 04 Postos de Atendimento, cumprindo a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar.

3.2. Aquisição nos termos da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar - disposta na Lei nº 20.608, de 07/01/2013 e no Decreto Estadual nº 46.712, de 29/01/2015, os quais estabelecem que as Unidades deverão aplicar no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios, in natura ou manufaturados, na aquisição direta de produtos de cooperativas ou de agricultores familiares, mediante dispensa de licitação por meio de Chamada Pública.

3.3. A aquisição de café prevista para o ano de 2022 está estimada em 700 (setecentos pacotes), sendo considerado o quantitativo para compra de 210 (duzentos e dez ) pacotes, valor que atenderia o mínimo de 30% a ser adquirido através de aquisição pela PAA- Familiar, e mais 183 (cento e oitenta e três) pacotes para atender a demanda do órgão em 2022.

3.4. Os quantitativos foram estimados de acordo com a média anual de consumo da bebida nos últimos anos, via SIAD, considerando um consumo em 2019 que foi um ano normal de trabalho.

3.5. O consumo de café estimula o organismo e melhora a disposição para o trabalho, é um item solicitado por todos os servidores durante sua jornada de trabalho.

## **4. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE:**

4.1. A política de aquisição de alimentos da agricultura familiar - PAAFamiliar - prioriza o Empreendedor Familiar Rural, de forma a ampliar o mercado dos grupos mais vulneráveis e contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico. Diante disso, justifica-se a aquisição mediante prévia Chamada Pública, em atenção à Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar, regulamentada pelo Decreto nº 46.712 de 29 de janeiro de 2015, conforme disposto na legislação os órgãos e entidades da Administração Estadual devem aplicar no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios, in natura ou manufaturados, para aquisição direta de produtos da agricultura familiar, por meio da dispensa do processo licitatório.

4.2. A aquisição de café oriundo da agricultura familiar por meio de Chamada Pública permanecem em estreita conciliação com os princípios jurídicos que regem as aquisições feitas pela Administração Pública. Se amolda às características de bens comuns, por ser realizado por qualquer pessoa jurídica que detenha experiência para tal fornecimento, pela condicionante da capacidade e julgamento objetivo pelo menor preço e por não ser revestido de complexidade técnica, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos nesse Termo de Referência, por intermédio de especificações usuais praticadas no mercado.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido e em razão do critério de aceitação das propostas, por priorização ao Programa de Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar.

## **6. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

6.1. O critério para aceitação das propostas será por priorização dos fornecedores, conforme Art. 10 do Decreto Estadual nº 46.712/15, e Deliberação Normativa do Colegiado Gestor da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAAFamiliar nº 002 e 003, de 19 de junho de 2015.

6.2. Atender resolução conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº028, de 21 de setembro de 2018 e Legislação da Agricultura Familiar.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:**

### **7.1. Da amostra:**

7.1.1. A apresentação de amostras deverá ocorrer conforme estabelecido na RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEAPA/SES N.º 28, de 21 de Setembro 2018, a saber:

Art. 7º - Os lotes de café torrado em grão ou torrado e moído para fins de aquisição governamental serão objetos de análise, por amostragem, sempre no momento da entrega de cada lote licitado ou sob a demanda de perícias, que visem o esclarecimento de impasses em relação ao produto licitado, ou, ainda, a critério da Autoridade Sanitária competente, para verificar, a qualquer tempo, por meio de análises fiscais, a qualidade do produto adquirido.

§1º Em até 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de publicação do resultado da licitação, o vencedor, obrigatoriamente, deverá encaminhar para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, duas amostras de 500 gramas cada, extraídas do lote a ser entregue no órgão/entidade contratante, as quais serão encaminhadas para análise laboratorial.

§2º Para efeito da análise laboratorial é obrigatória a apresentação dos pacotes devidamente fechados, lacrados e identificados.

§ 3º O laudo elaborado pelo laboratório será encaminhado para o órgão/entidade contratante para fins de assinatura do contrato.

§ 4º O ganhador do processo licitatório deverá, ainda, apresentar laudo laboratorial do lote entregue ao órgão/entidade contratante, no qual deverá constar a realização dos ensaios Elementos Histológicos (Resolução RDC nº 277/2005/ANVISA); Pesquisa de Sujidades, Parasitos e Larvas (Resolução RDC nº 175/2003/ANVISA) e Análise de Rotulagem (Resolução RDC nº 259/2002/ANVISA, Portaria INMETRO nº 157/2002 e Lei 10.674 /2003).

§5º Caso o produto da empresa vencedora tenha os selos de Pureza e Qualidade ABIC, as análises laboratoriais dispostas nos parágrafos anteriores, poderão ser dispensadas.

§6º - As despesas decorrentes da elaboração dos laudos correrão por conta do contratado.

## **8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **8.1. Prazo de Entrega:**

8.1.1. Até 15 (quinze) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

8.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede.

### **8.2. Do Local e Horário de Entrega:**

8.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: No almoxarifado do Ipem/MG, localizado a Rua Cristiano F. T. Guimarães, 80, CINCO, Contagem-MG, no horário de 09:00 às 17:00.

### **8.3. Condições de recebimento:**

#### **8.3.1. Os produtos serão recebidos:**

8.3.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho;

8.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação, que deverá acontecer em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

8.3.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

8.3.3. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo IPEM não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º8.078/90.

### **8.4. Cronograma físico-financeiro:**

8.4.1. Não se aplica.

## **9. DO PAGAMENTO:**

9.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

9.2. Serão priorizados os pagamentos devidos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou organização de agricultores familiares beneficiários da PAAFamiliar, conforme disposição do art. 6º-A do Decreto nº 46.712/2015.

## **10. DO CONTRATO:**

10.1. Encerrado o procedimento de Chamada Pública e divulgado o resultado final, o(s) agricultor(es) familiar(es) e/ou o(s) representante(s) da(s) organização(ões) de agricultores familiares declarados classificados para fornecer serão convocados para assinar o termo de contrato, de acordo com o art. 62 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.1.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2022, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

## **11. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:**

11.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

11.1.1. Será designado a servidora: Helena Silva Barbosa - MASP: 1.368.434-5.

11.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

11.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

11.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

11.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

11.6.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

12.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual 24.013 de 2021, relativa ao exercício de 2022: 2331 04 122 705 2500 0001 339030 08 73 1 0.

## **13. DAS GARANTIAS:**

13.1. Garantia financeira da execução:

13.1.1. Não será exigida garantia financeira da execução para este objeto.

13.2. Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

13.2.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

#### **14. 14. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

14.1. Devido a natureza simples dos produtos a serem contratados, é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

#### **15. 15. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

15.1. Da Contratada:

15.1.1. Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

15.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

15.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

15.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

15.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

15.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.

15.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

15.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

15.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

15.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

15.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

15.2 Da Contratante:

15.2.1 Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

15.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

15.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

15.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

15.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

15.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

15.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

15.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

15.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

15.2.10. Disponibilizar local adequado para a armazenagem do produto.

#### **16. 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.1.1. advertência por escrito;

16.1.2. multa de até:

16.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

16.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

16.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

16.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

16.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

16.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

16.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 16.1.1, 16.1.3, 16.1.4, 16.1.5.

16.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

16.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

16.7. As sanções relacionadas nos itens 16.1.3, 16.1.4 e 16.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

16.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

16.8.1 Retardarem a execução do objeto;

16.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

16.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

16.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:**

17.1. Conforme Art. 9º da Resolução Conjunta SEPLAG/CGE nº 9.447, encontra-se juntado aos autos o Mapa Comparativo de Preços - MCP (44124802) com o cálculo automatizado do preço de referência a partir de pesquisa de preço no mercado, respeitando as diretrizes contidas na Deliberação Normativa do Colegiado Gestor da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar -

PAAFamiliar nº 001, de 19 de junho de 2015.

17.2. O preço de aquisição disposto no item 1 considera os demais custos de aquisição, tais como encargos sociais, frete, embalagem, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento, ficando possíveis acréscimos sob responsabilidade exclusiva dos agricultores familiares ou das organizações de agricultores familiares.

17.3. Para efeitos de aceitação, os produtos orgânicos ou agroecológicos poderão ter um acréscimo de até 30% no preço por unidade de aquisição, sendo necessária a devida comprovação da condição de orgânico por meio de apresentação de certificado emitido por um organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA ou uma declaração de organização de controle social - OCS, conforme a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Responsável pela Elaboração

Silvânia Alves Garito  
Auxiliar Administrativo

Helena Silva Barbosa  
Gerência de Logística e Manutenção

Diretoria da Área Demandante  
Luiz Carlos Siviero Farias  
Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

Aprovação  
Francisco José da Fonseca  
Diretor Geral do IPEM / Autoridade Competente



Documento assinado eletronicamente por **Silvania Alves Garito, Servidor (a) Público (a)**, em 27/07/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helena Silva Barbosa, Servidor (a) Público (a)**, em 28/07/2022, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Siviero Farias, Diretor(a)**, em 03/08/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50180558** e o código CRC **AAE31886**.

Referência: Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50180558



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

Anexo nº II - MODELO DE PROPOSTA DE VENDA – PESSOA FÍSICA/IPEM/GLACO/2022

**PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE VENDA - PESSOA FÍSICA**

<b>PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PAAFAMILIAR</b>			
Chamada Pública nº. 001/2022			
<b>I – Identificação do Fornecedor</b>			
1. Nome do Proponente			
2. Endereço		3. Município	4. CEP
5. Nº. da DAP Física	6. CPF	7. DDD/Fone	8. E-mail
9. Banco	10. Nº. da Agência	11. Nº da Conta Corrente	
<b>II – Detalhamento dos produtos, quantidades e valores</b>			
Item	Descrição do Produto	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada
1			
Data e Local			
Assinatura			



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50180708** e o código CRC **3A04583E**.

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50180708



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

Anexo nº III - MODELO DE PROPOSTA DE VENDA - PJ/IPEM/GLACO/2022

**PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE VENDA - PESSOA JURÍDICA**

<b>PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PAAFAMILIAR</b>			
<b>Chamada Pública nº. 00001/2022</b>			
<b>I – Identificação do Fornecedor</b>			
1. Nome da Organização			
2. Endereço		3. Município	4. CEP
5. Nº. DAP Jurídica	6. CNPJ	7. DDD/Fone	8. E-mail
9. Nome do Representante		10. CPF do Representante	11. Nº de associados com DAP Física
12. Banco	13. Nº. da Agência	14. Nº da Conta Corrente	
<b>II – Fornecedores Participantes</b>			
1. Nome	2. CPF	2. Nº DAP	3. Classificação DAP

<b>III – Relação de Fornecedores e Produtos</b>				
1. Nome	2. Item	3. Descrição	4. Unidade de Fornecimento	5. Quantidade Ofertada
Data e Local				
Assinatura				



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50181070** e o código CRC **FFA6A658**.

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50181070



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

Anexo nº IV - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL/IPEM/GLACO/2022

**PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71**

**ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL**

**DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, e da DAP nº \_\_\_\_\_, residente no endereço \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, que sou \_\_\_\_\_.

Testemunhas – membros da comunidade: 1.

2.

3.

Data e local.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50181568** e o código CRC **3F450D25**.

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50181568



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

Anexo nº V - DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA/IPEM/GLACO/2022

**PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71**

ANEXO V- DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

Pessoa física:

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF Nº \_\_\_\_\_, e da DAP \_\_\_\_\_, DECLARO, para fins de habilitação nesta Chamada Pública, que os produtos elencados na Proposta de Venda são de produção própria deste agricultor.

Pessoa jurídica:

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, representante da cooperativa/sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ e com DAP Jurídica \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de habilitação nesta Chamada Pública, que os produtos elencados na Proposta de Venda são de produção própria cooperativa/sociedade empresária.

Data e local.

Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50181977** e o código CRC **5F36BA1A**.

---

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50181977



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

Anexo nº VI - DECLARAÇÃO DE LIMITE DE VENDA POR DAP/ANO/IPEM/GLACO/2022

**PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71**

ANEXO VI- DECLARAÇÃO DE LIMITE DE VENDA POR DAP/ANO

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE LIMITE DE VENDA POR DAP/ANO**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2022**

Pessoa física:

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e da DAP \_\_\_\_\_, interessado em participar da Chamada Pública n.º 001/2022, DECLARO atender ao limite individual de venda de gêneros alimentícios, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/Ano, considerando o disposto no Decreto nº 46.712/2015 e demais documentos normativos que regem a PAAFamiliar.

Pessoa Jurídica

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, representante da cooperativa/sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ e com DAP Jurídica \_\_\_\_\_ interessada em participar da Chamada Pública n.º 0001/2022, DECLARO atender ao limite máximo anual de venda de gêneros alimentícios, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número de agricultores familiares associados portadores de DAP, considerando o disposto no Decreto nº 46.712/2015 e demais documentos normativos que regem a PAAFamiliar.

Data e local.

\_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50182149** e o código CRC **ACB1A22B**.

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50182149



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Gerência de Logística e Aquisições - Compras

Anexo nº VII-DECLAR. DE INEXIST. FATO IMPED. E DE MENORES/IPEM/GLACO/2022

**PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71**

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE MENORES

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE MENORES**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante da cooperativa/sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação na presente Chamada Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

A inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz.

Data e local.

Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50182766** e o código CRC **A4ACDCD8**.

---

**Referência:** Processo nº 2330.01.0001055/2022-71

SEI nº 50182766



Anexo nº VIII - MINUTA DE CONTRATO/IPEM/GLACO/2022

PROCESSO Nº 2330.01.0001055/2022-71

**ANEXO VIII- MINUTA DE CONTRATO  
 CONTRATO N.º**

Contrato originário do Credenciamento por Chamada Pública n.º 0001/2022, para o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, a ser celebrado entre o INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, Lei Estadual nº 20.608 de 07 de janeiro de 2013, Lei Estadual nº. 13.994 de 18 de setembro de 2001, e Decretos nº. 45.902 de 27 de janeiro de 2012, nº 45.035, de 02 de fevereiro de 2009, e nº 46.712 de 29 de janeiro de 2015, com suas alterações posteriores.

O Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Cristiano França Teixeira Guimarães, 80, CINCO, CEP: 32.010.130, Contagem, CNPJ 17.322.264/0001-64, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Sr. Francisco José da Fonseca, brasileiro, portador do RG nº <inserir número - instituição/estado> e do CPF nº <inserir> e <inserir nome da pessoa física ou jurídica>, inscrita no CPF/CNPJ nº <inserir>, neste ato representada pelo Sr.(a) <inserir nome>, brasileiro(a), portador do RG nº <inserir número instituição/estado> e do CPF nº <inserir>, ora denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato de aquisição de gêneros alimentícios em atendimento à Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Familiar - aquisição de café, conforme descrição constante no objeto deste instrumento, oriundo do Edital de Chamada pública nº 0001/2022, Processo de Compra nº <inserir número/ ano>, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Dos Decretos Estaduais nº 45.035/2009, 45.018/2009 e 45.902/2012 e demais normas pertinentes, estando vinculado este contrato mediante as cláusulas que se seguem.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios, da Agricultura Familiar, para o atendimento à Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Familiar, de acordo com as especificações e detalhes constantes no **Anexo I** do Edital de Chamada Pública bem como na **Cláusula Segunda** deste Contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

O preço global do presente contrato é de R\$ ( ) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

Item	Código do Item	Descrição do Item	Unidade de aquisição	Quantidade Total	Preço unitário	Preço total
1	001370928	Café - Apresentação: Torrado e moído; Identificação (1): 100% da espécie arábica; Identificação (2): Origem única ou blendados; Identificação (3): Padrão de qualidade global entre 7,3 e 10 pontos; Perfil sabor: Bebida mole ou dura; Aroma: Suave ou intenso; Corpo: Encorpado; Moagem: Média a fina; Torra: Máxima até o ponto achocolatado, sistema agtron; Sabor: Suave ou intenso; Embalagem á vácuo, validade 12 meses. Apresenta dados de identificação do produto, data de fabricação, validade e número do lote estampadas no rótulo.	Pacote de 500 gramas	393		

Os valores mencionados incluem as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

3.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no **Anexo I** do Edital de Credenciamento por Chamada Pública nº. 0001/2022, no endereço indicado.

3.1.1. O material deverá ser entregue em uma única parcela.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no **Anexo I** mediante solicitação do gestor do contrato.

II - O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio de apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais correspondentes, mediante verificação do atendimento às especificações contidas no **Anexo I**.

III - Os gêneros alimentícios deverão ser transportados de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

IV - O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante a emissão da Autorização de Fornecimento pelo Órgão Solicitante.

V - Em caso de discrepância de qualidade e quantidade dos produtos licitados, ou em caso de vícios, e alteração na qualidade do produto, o Contratado disporá de um prazo de 05 (cinco) dias para proceder às substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, e conferência da regularidade dos mesmos, efetuará o seu pagamento no prazo máximo de 15 dias corridos.

4.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s): 2331 04 122 705 2500 0001 339030 08 73 1 0.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Anexo I** da Chamada Pública e no presente Contrato;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Chamada Pública e na Proposta de Venda, para fins de recebimento;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e em sua Proposta de Venda, visando a boa e perfeita execução do objeto;

II - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **Anexo I** da Chamada Pública e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, estipuladas no art. 38 do Decreto nº 45.902/2012:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) três décimos por cento por dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) vinte por cento sobre o valor do fornecimento não realizado ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATADO ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais aquelas dispostas no art. 46 do Decreto nº 46.902/2012.

7.4. Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no **Anexo I** do Edital, na Proposta de Venda da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º - No caso de qualquer irregularidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para que sejam tomadas as providências necessárias para correção das falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da

CONTRATADA por irregularidades, inexecuções ou desconformidades na execução do objeto, incluindo-se falhas de natureza técnica e defeitos ocultos.

§ 3º - Ressalva-se o direito do CONTRATANTE de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso esse se afaste das especificações do Edital e de sua Proposta de Venda.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. Este contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2022, a partir da publicação do seu extrato na imprensa oficial.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão do Contrato poderá se dar conforme regulamenta o art. 79 da Lei nº 8.666/93:

§ 1º - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, ficam os contratantes autorizados a reter a garantia do CONTRATO e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78, da Lei federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Contagem para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

13.2. E por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

Contagem, de de 2022.

CONTRATANTE: Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais  
Francisco José da Fonseca  
Diretor Geral

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 04/08/2022, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50182975** e o código CRC **4944A63E**.

INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO - IPREM

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - MODALIDADE CREDENCIAMENTO POR CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2022

credenciamento de agricultores familiares em sessão pública, a ser realizada na Sede do IPREM, situado à Rua Cristiano França Teixeira Guimarães, 80 – CINCO, Contagem/MG para a aquisição de pó de

café. A sessão de Chamada Pública terá início no dia 16/09/2022 às 10 horas. O Edital da Chamada Pública estará disponível a partir do dia 17/08/2022 nos seguintes endereços eletrônicos: www.iprem.mg.gov.br

ou www.compras.mg.gov.br. Maiores informações através do e-mail: compras@iprem.mg.gov.br. Contagem, 17/08/2022.

3 cm -16 1676207 - 1

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - BDMG

Table with columns: OBJETO, FINALIDADE DA PUBLICIDADE, EMPRESA PUBLICITÁRIA, PERÍODO DE REALIZAÇÃO, MÊS DO PAGAMENTO, VALOR PAGO, PÚBLICO ESTIMADO, AVALIAÇÃO DE RESULTADOS. Lists various advertising campaigns and their details.

\* Valor do contrato anual da Tom Comunicação Ltda: R\$ 5.000.000,00\*\* Valor do contrato anual da Secretaria Estado de Casa Civil e Relações Institucionais: R\$ 250.000,00
\*\*\* Valor do contrato anual da Hook Marketing Digital Ltda: R\$ 528.964,48
LEGENDA - Público Estimado
\* Back bus, Outdoors, Rádios e TVs do Interior, não há aferição formal de públicos, por isso o BDMG utiliza o critério da população local. Os demais veículos informam o público estimado, conforme abaixo:
TV por Assinatura - número de indivíduos com assinatura de tv e com cobertura GloboCast.
Jornais e Revistas - quantidade de exemplares impressos na edição que foi veiculado o anúncio.
Rádios e TVs em BH - número de ouvintes/espectadores (obtido através de simulação de impacto, via software).
Mídia digital - nº de impressões entregues por cada veiculação exposta ao público potencial.

32 cm -16 1676080 - 1

DISPENSA DE LICITAÇÃO - VENDA DEDIM PARECER ADM.02204/2022/JL/DA
Objeto: alienação de 03 (três) apartamentos de nºs 313, 319 e 321, localizados no 3º pavimento do Condomínio denominado "Edifício Niquini", situado à Rodovia Fernão Dias - BR 381, KM 471, com área total privativa de 18.97m²; área real de uso comum de 13.70 m²; área real de 32,67m²; e fração ideal correspondente a 1/168 da parte ideal de 0,60525 do lote 01, da quadra 19, do Bairro Jardim Plomonte, 2º parte, no município de Betim, com área de 9.378,00 m², itens 20, 21 e 22 do edital BDMG-25/2021, ambos de propriedade do BDMG e de 9 divisões respectivas matrículas nºs 125.876, 125.882 e 125.884 do CRI de Betim/MG, cada um pelo valor de R\$70.500,00. Comprador: AP ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E CONSULTORIA EIRELI. Fundamento legal: Artigo 29, III, da Lei Federal nº 13.303/2016. Ratificação: Diretoria de Crédito e Riscos do BDMG em 12/08/2022.

4500030368 - 530. Contratada: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 36 (trinta e seis) meses. Prazo atual: 06 (seisenta) meses. Valor atual: R\$230.860,33. Ass: 10/08/2022. 5002001229 - 530. Contratada: FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A. Objeto: Prorrogação de Prazo e Atualização de Importância Segurada. Novo prazo de vigência: 25 meses. Novo valor global: R\$1.243,41. Ass: 12/07/2022. 4570017916-530. Contratada: VELP TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Aplicação do Decreto Nº48.456. Valor Atual: R\$17.291.876,42. Ass: 13/07/2022.

14 cm -16 1676083 - 1

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - CODEMGE
AVISO DE EDITAL
Publicação do Aviso de Edital do Chamamento Público para Pré-Qualificação CODEMGE nº 01/2022. Processo interno CODEMGE nº 1105/2022. SEI nº 5030.01.0001105/2022-23. Base Legal: Lei Federal nº 13.303/2016. Objeto: Pré-qualificação permanente de empresas prestadoras de serviços especializados de consultoria nas áreas econômico-financeira/operacional, ambiental e social, jurídica e engenharia e arquitetura com expertise na área de concessão pública. Data, Horário e Local para Entrega dos Envelopes: a partir de 18/08/2022, de 09h às 17h, na sede da CODEMGE - Rua Manaus, nº 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG. CEP 30150-350. Edital na e Anúncios disponíveis no site www.codemge.com.br ou na sede da CODEMGE, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e de 14h às 17h.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CNPJ: 06.981.176/0001-58
TERMO DE COMODATO
A Cemig Geração e Transmissão S.A. - CEMIG GT e a Associação Estadual de Desenvolvimento Ambiental e Social - AEDAS, celebraram o Termo de Comodato nº 0002/22, em 12/07/2022. Objeto: Termo de Comodato de uma área de 0,2819ha da área seca e aproximadamente 2.9450ha da bacia de acumulação do imóvel denominado PCH Santa Marta, com área total de 62,1170ha, matriculado sob o nº 3.980, livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis do município de Grão Mogol - MG. Thadeu Carneiro da Silva - Diretor Cemig Geração e Transmissão CEMIG GT Marney Tadeu Antunes - Diretor Cemig Distribuição CEMIG D

3 cm -16 1676087 - 1

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
GERÊNCIA DE COMPRAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico 530-G16798. Objeto: Postes de Madeira. Pregão Eletrônico 530-G16800. Objeto: Caixa de Testes de Relés. Pregão Eletrônico 530-G16804. Serviços de leitura de medidores para coleta de dados de consumo de energia elétrica dos clientes de varejo, com faturamento no local de consumo nas Regiões de Patos de Minas/Paracatu. Pregão Eletrônico 530-G16795. Objeto: Serviços de estudos, projetos e encerramento técnico, para o Processo de Expansão de Redes de Distribuição, conforme Anexo I - Escopo de Serviços - Região Triângulo. Pregão Eletrônico 530-G16805. Objeto: serviços de estudos, projetos e encerramento técnico, para o processo de expansão da média e baixa tensão da Distribuição Mantiqueira.

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. GERÊNCIA DE COMPRAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico 510-H16806. Objeto: Serviço de Reforma de 4 (quatro) mancais do compensador síncrono da subestação mesquita e subestação Neves I. Edital e demais informações: http://compras.cemig.com.br
ADITIVOS
4680006279/510 Contratada: STK Sistemas Turkey Elétricos do Brasil Ltda. Objeto: Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Valor atual: R\$73.855.578,17. Ass.:02/08/2022.

3 cm -16 1676085 - 1

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COPASA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPLN Nº 05/2022/0427 - PEM
Objeto: Eletrodos para Medidores de Ion Seletivo (ISE). Dia da Licitação: 31 de agosto de 2022 às 09:15 horas. Edital e demais informações disponíveis a partir do dia 18/08/2022 no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação)

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. GERÊNCIA DE COMPRAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico 510-H16806. Objeto: Serviço de Reforma de 4 (quatro) mancais do compensador síncrono da subestação mesquita e subestação Neves I. Edital e demais informações: http://compras.cemig.com.br
ADITIVOS
4680006279/510 Contratada: STK Sistemas Turkey Elétricos do Brasil Ltda. Objeto: Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Valor atual: R\$73.855.578,17. Ass.:02/08/2022.



CONTRATOS
Pregão Eletrônico 530-G16685 Nº CONTRATO 4500030845. Contratada: M T MARCONI EIRELI. Objeto: Câmara Clínica. Valor: R\$ 207.999,99. Prazo 90 dias a partir de 16/08/2022. Ass.: 11/08/2022. Homolog.: 04/08/2022. INEXIGIBILIDADE 530-X16661 Nº CONTRATO: 4310000014/530. Fundamento art. 30, inciso I da Lei 13.303/16, para a contratação de HOBECO SUDAMERICA LTDA. para fornecimento de 05 (cinco) sensores do SLT - Sistema de Localização de Tempestade, bem como dos respectivos serviços para a sua instalação. Valor: R\$53.128.066,00. Prazo 24 meses. Ass e ratificado em 08/08/22. DISPENSA 530-A16744 Nº CONTRATO:468006697. Fundamento: Art. 29, IV da Lei 13.303/16, para a contratação da PROJECAL ENGENHARIA LTDA. para serviços em Redes de Distribuição para a Região Teófilo Otoni Lote 01: Construção e Manutenção. Valor R\$147.209.896,26. Prazo 60 meses. Ass e ratificado em: 02/08/2022. ATAS DE REGISTRO DE PREÇO. Ata 4650000712. Beneficiário JM Construções Elétricas de São João Del Rei Ltda. Pregão Eletrônico para Registro de Preços 530-H16431. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação dos serviços de Construção em RDA, conforme Anexo II - Escopo dos Serviços, para realização do Programa Minas Trifásico Regional Mantiqueira: Lote 04 Barbacena Prazo 12 meses. Valor R\$56.065.328,60. Homologação 28/07/2022. Ass: 28/07/2022. Ata 4650000712. Beneficiário JM Construções Elétricas de São João Del Rei Ltda. Pregão Eletrônico para Registro de Preços 530-H16431. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação dos serviços de Construção em RDA, conforme Anexo II - Escopo dos Serviços, para realização do Programa Minas Trifásico Regional Mantiqueira: Lote 05 Ouro Preto Prazo 12 meses. Valor R\$125.474.678,00. Homologação 28/07/2022. Ass: 28/07/2022.

CONTRATOS
Pregão Eletrônico 530-G16685 Nº CONTRATO 4500030845. Contratada: M T MARCONI EIRELI. Objeto: Câmara Clínica. Valor: R\$ 207.999,99. Prazo 90 dias a partir de 16/08/2022. Ass.: 11/08/2022. Homolog.: 04/08/2022. INEXIGIBILIDADE 530-X16661 Nº CONTRATO: 4310000014/530. Fundamento art. 30, inciso I da Lei 13.303/16, para a contratação de HOBECO SUDAMERICA LTDA. para fornecimento de 05 (cinco) sensores do SLT - Sistema de Localização de Tempestade, bem como dos respectivos serviços para a sua instalação. Valor: R\$53.128.066,00. Prazo 24 meses. Ass e ratificado em 08/08/22. DISPENSA 530-A16744 Nº CONTRATO:468006697. Fundamento: Art. 29, IV da Lei 13.303/16, para a contratação da PROJECAL ENGENHARIA LTDA. para serviços em Redes de Distribuição para a Região Teófilo Otoni Lote 01: Construção e Manutenção. Valor R\$147.209.896,26. Prazo 60 meses. Ass e ratificado em: 02/08/2022. ATAS DE REGISTRO DE PREÇO. Ata 4650000712. Beneficiário JM Construções Elétricas de São João Del Rei Ltda. Pregão Eletrônico para Registro de Preços 530-H16431. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação dos serviços de Construção em RDA, conforme Anexo II - Escopo dos Serviços, para realização do Programa Minas Trifásico Regional Mantiqueira: Lote 04 Barbacena Prazo 12 meses. Valor R\$56.065.328,60. Homologação 28/07/2022. Ass: 28/07/2022. Ata 4650000712. Beneficiário JM Construções Elétricas de São João Del Rei Ltda. Pregão Eletrônico para Registro de Preços 530-H16431. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação dos serviços de Construção em RDA, conforme Anexo II - Escopo dos Serviços, para realização do Programa Minas Trifásico Regional Mantiqueira: Lote 05 Ouro Preto Prazo 12 meses. Valor R\$125.474.678,00. Homologação 28/07/2022. Ass: 28/07/2022.

ADITIVOS
5002001225 - 530. Contratada: FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A. Objeto: Atualização da importância segurada e prorrogação do prazo de vigência contratual. Prazo atual: 48 (quarenta e oito) meses. Valor atual: R\$6.233,26. Ass.: 26/07/2022.

RESULTADOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPLN Nº 05/2022/0222 - PEM
Objeto: Painéis Elétricos. Dia da Licitação: 31 de agosto de 2022 às 08:45 horas. Edital e demais informações disponíveis a partir do dia 18/08/2022 no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação)
PREGÃO ELETRÔNICO CPLN Nº 05/2022/0420 - PEM
Objeto: Bóias Geodésicas. Dia da Licitação: 31 de agosto de 2022 às 09:30 horas. Edital e demais informações disponíveis a partir do dia 18/08/2022 no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação)
PREGÃO ELETRÔNICO CPLN Nº 05/2022/0420 - PEM
Objeto: Conjunto Motobomba. Dia da Licitação: 31 de agosto de 2022 às 09:30 horas. Edital e demais informações disponíveis a partir do dia 18/08/2022 no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação)
JULGAMENTO
LICITAÇÃO Nº CPLN 11/2020/0104
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais e equipamentos, das obras e serviços de Implantação / Reforço das Adutoras de Água Tratada - AAT's da RAMB / MG. Vencedora: POROS CONSTRUTORA LTDA. Valor: R\$ 9.359.827,87. Data: 16/08/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - Nº 05/2022/0308 - PEM
Objeto: Sondas e componentes HACH. Proposta vencedora: Hexis Científica Ltda. para o Lote 01-Cota Principal, no valor de R\$ 65.912,43 e para o Lote 02-Cota Reservada, no valor de R\$ 21.970,81, perfazendo um total de R\$ 87.883,24.

PREGÃO ELETRÔNICO CPLN - Nº 05/2022/0314 - PEM
Objeto: Espectrômetro. Proposta Vencedora: Perkinelmer do Brasil Ltda. no valor total de R\$ 2.290.000,00.

PREGÃO ELETRÔNICO CPLN - Nº 05/2022/0336 - PES
Objeto: Serviços de Diagnóstico em Motores de Média Tensão. Proposta Vencedora: SOAS Maquinas Assessoria Industrial Ltda. no valor total de R\$ 573.518,95.

PREGÃO ELETRÔNICO CPLN - Nº 05/2022/0353 - PEM
Objeto: Materiais Elétricos. Proposta Vencedora: Zapp Automação e Comércio Ltda no valor total de R\$ 114.997,96.

PREGÃO ELETRÔNICO CPLN - Nº 05/2022/0357 - PEM
Objeto: Painéis Elétricos. Proposta Vencedora: Nathan Welton Ramos Silva. Valor total de R\$57.327,26.

PREGÃO ELETRÔNICO CPLN - Nº 05/2022/0359 - PEM
Objeto: Registros de Gaveta. Proposta Vencedora: Párore Eletrônica Ltda. no valor de R\$ 66.499,98 (Lote 01) e R\$ 19.247,81 (Lote 02).

PREGÃO ELETRÔNICO CPLN - Nº 05/2022/0366 - PEM
Objeto: Tubos em Ferro Fundido. Proposta Vencedora: Angoliani e Angoliani Ltda. Valor total de R\$73.772,72.

COMUNICADO DE ENCERRAMENTO LICITAÇÃO Nº CPLN 11/2020/2088
Objeto: prestação de serviços de confirmação e retirada de fraudes em cartões de crédito, cartões de débito, cartões de crédito e cartões de débito (clandestinos (ramas e cavaletes) e pesquisa e correção de vazamentos não aferidos, para a redução das perdas de água, no âmbito dos Núcleos Operacionais da COPANOR. Não compareceram licitantes interessados em ofertar proposta. Processo encerrado. Data: 16/08/2022.

SEGUNDO COMUNICADO CONTINUIDADE DA LICITAÇÃO Nº NOVA HABILITAÇÃO LICITAÇÃO Nº CPLN 11/2020/1036
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de melhorias operacionais no Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Diamantina (trocá de redes de distribuição e ligações prediais no centro histórico). O contrato 21.0896 assinado com o CONSÓRCIO DIAMANTINA II - CDM DACT constituído pelas empresas CONSTRUTORA NORTE NEGRO EIRELI (LIDER) e DACT ENGENHARIA LTDA, em 19/05/2021, com data base de 03/2021, no valor de R\$ 2.442.365,41, poderá ser rescindido. Nos termos do Anexo 17, inciso VI, do regulamento de contratação de licitação para execução dos serviços, agendamos segunda continuidade no dia 30/08/22 às 14:30. As empresas participantes do certame e que tiveram suas propostas comerciais classificadas, deverão apresentar nova documentação de habilitação atendendo as condições previstas no Anexo I - Documentos de habilitação do Edital, haja vista, que o processo foi homologado em 06/04/21 e, nos termos do Edital, os licitantes contendo os documentos de habilitação foram devolvidos aos licitantes. Registra-se que o presente procedimento de consulta não vincula a COPASA MG a realizar a eventual dispensa de licitação. Data: 16/08/22.

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022/3032 - PEM
Objeto: Cal Hidratada. A COPASA MG informa que o Pregão Eletrônico, objeto acima mencionado, marcado para o dia 16/08/2022 não ocorrerá devido ao motivo "Sine Die". Motivo: "Adequação do Procedimento Licitatório".
A DIRETORIA
ATO DO PRESIDENTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO.
MANUTENÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES DA COPASA MG.
O Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no uso das atribuições estatutárias e regimentais, resolve:
1.º Recurso Administrativo interposto pelas empresas RGS ENGENHARIA S.A e TECNIPAR AMBIENTAL LTDA., integrantes do CONSÓRCIO UTR'S MG contra decisão exarada por meio do Ato do Diretor nº 01/2022, de 13/01/2022, publicado no Diário Oficial "Minas Gerais", em 20/01/2022, que determinou a aplicação da penalidade de suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos);
2.º Relatório de Análise de Recurso (RS. 153/165), de 03 de maio de 2022;
3.º Parecer Jurídico nº 089/2022, de 23/05/2022;
4.ª deliberação da Diretoria Executiva, conforme Ata de Reunião do dia 27/06/2022. RESOLVE:
1. Ratificar a decisão objeto do Ato do Diretor nº 01/2022, de 13/01/2022, que determinou a aplicação ao CONSÓRCIO UTR'S MG e as empresas que o constituem, RGS ENGENHARIA S.A e TECNIPAR AMBIENTAL LTDA. das penalidades de multa no valor de R\$ 356.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 556.448,48 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), e suspensão temporária de seu direito de participação em licitação e o impedimento de contratar com COPASA MG e sua Subsidiária, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como multa no valor de R\$ 55